

O governo vai gastar menos. Mas matém apoio à iniciativa privada.

16 NOV 1985

*Dívida
est*

JORNAL DA TARDE

A estratégia para a retomada sustentada do crescimento econômico do Brasil, a partir de 1986, combina três orientações básicas: a redução do déficit público, o controle da inflação, e a renegociação da dívida externa em novas bases, afirma o ministro do Planejamento, João Sayad (foto).

Para a diminuição dos gastos públicos, segundo o secretário-geral da Seplan, Andrea Calabi, será imposto um rigoroso controle dos gastos do governo. Haverá apenas duas exceções: não serão comprometidos os investimentos estatais complementares à iniciativa privada destinados a ativar o setor produtivo, e serão elevados em 55% reais os gastos com programas sociais.

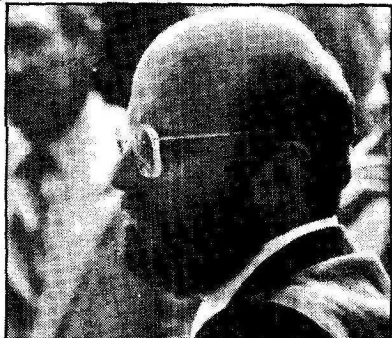
No combate à inflação, a estratégia governamental prevê atuação em duas frentes: primeiro, garantindo estabilidade aos preços, principalmente de alimentos, e prevenindo novos choques de ofertas. Depois, obtendo amplo acordo social que permita vencer a inércia da inflação.

Na renegociação da dívida externa, o governo brasileiro pretende manter o empenho numa discussão política, dentro de perspectivas de longo prazo, e subordinando qualquer acordo aos interesses sociais e às necessidades econômicas e sociais do País.

Transferências

No contexto da dívida externa é que está o avanço do Brasil, refletido no I Programa Nacional de Desenvolvimento da Nova República, a ser divulgado segunda-feira.

O Brasil não quer dinheiro novo, nem estabelecer teto formal pa-



ra o pagamento. A nova posição brasileira é simples: como o País precisa crescer, terá de reduzir a transferência de recursos para o Exterior.

Hoje, o Brasil paga os juros da dívida com todo o superávit comercial acumulado no ano, ao redor de US\$ 12 bilhões. Isso significa que o País está transferindo cerca de 5% do Produto Interno Bruto (PIB), a soma de bens e serviços produzidos no País durante o ano, para os bancos credores internacionais. Esses 5% do PIB, por sua vez, representam 25% da poupança nacional. O que o Brasil quer, e isso vai ser dito aos banqueiros no decorrer das negociações, é reduzir a transferência de recursos dos 5% do PIB para 3%.

Isso evitaria uma transferência de recursos, no ano, de cerca de US\$ 3,5 bilhões, equivalente a Cr\$ 35 trilhões.

Esses Cr\$ 35 trilhões, em 1986, seriam suficientes para reforçar um pouco mais, por exemplo, o programa de prioridades sociais. Esse programa alcançará Cr\$ 24 trilhões, e com ele, segundo Sayad, pretende-se dar início ao combate efetivo à pobreza absoluta no País.

No entanto, para o próximo ano o Brasil ainda prevê a manutenção do pagamento integral dos juros com o saldo comercial. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES elaborou um estudo demonstrando que o País poderá continuar na mesma estratégia, pagando os juros com o superávit comercial, porque o ajustamento externo permite e as exportações só tendem a crescer.

Porém, assinala o ministro João Sayad. O país não pode indefinidamente transferir poupança para o Exterior, enquanto no plano interno se defronta com problemas sociais graves. Na introdução do PND, o ministro Sayad dá o recado sobre a preocupação governamental: a posição do Brasil pretende assegurar a transição democrática e a estabilidade social do País.